

Idioma e facilidade de acesso atraem brasileiras para abortar em Portugal

Procedimento é legalizado há mais de uma década no país europeu; STF discute tema no Brasil

(Folha de S.Paulo, 20/09/2018 - acesse no site de origem)

Impulsionadas pelo [idioma comum e pela facilidade de acesso](#) também para as estrangeiras, mulheres brasileiras grávidas têm optado por cruzar o Atlântico e fazer aborto em Portugal, onde o procedimento é [legalizado há mais de uma década](#).

Estatísticas oficiais do Ministério da Saúde português, que não distingue entre aquelas que residem em Portugal e as que foram até lá como turistas, registram 379 [abortos feitos por brasileiras](#) em 2016, ano mais recente disponível.

O número chegou a ser ainda maior em anos anteriores: 441, em 2015, e 423, em 2014, primeiro ano em que o governo português divulgou a contagem por nacionalidade.

A lei portuguesa determina que estrangeiras —regularizadas ou não no país— podem interromper voluntariamente a gravidez, sem necessidade de nenhuma justificativa, [até a 10ª semana de gestação](#).

No Brasil, hoje, [o aborto só é permitido legalmente em três tipos de gravidez](#): decorrente de estupro, que cause risco à vida mulher e de [feto anencéfalo](#). O Supremo discute atualmente a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gravidez, mas [não há prazo para o tema ser levado à votação no plenário](#).

No caso de Portugal, as brasileiras só ficam atrás das cabo-verdianas no número absoluto de abortos em mulheres estrangeiras.

Diretora-executiva da Clínica dos Arcos, unidade particular que realiza quase um terço desses procedimentos no país, Sónia Lourenço diz que o local é muito procurado por brasileiras que viajam especificamente com o propósito de abortar.

“As brasileiras em geral entram em contato conosco por email ou pelo Facebook. Elas buscam quem lhes resolva uma gravidez indesejada em segurança e com a maior discrição possível. Muitas não falam nem para a família o que vão fazer. Tentam se proteger do estigma agindo como se fosse uma viagem de férias.”

Mãe de dois filhos adolescentes, a arquiteta mineira Ana, que pediu para não ter o sobrenome divulgado, fez precisamente isso.

Antes de partir para a Europa, ela cogitou fazer o [aborto no Uruguai](#), mas desistiu após saber que apenas estrangeiras residentes há pelo menos dois anos no país tinham direito a interromper a gravidez.

“Já tinha feito um aborto no Brasil há sete anos, em uma clínica que está na ativa até hoje. Não tive nenhuma complicação depois, mas hoje estou mais consciente dos riscos de acontecer

alguma coisa ou mesmo de ser reconhecida por lá”, afirma.

Ela embarcou com o marido, que apoiou a decisão de interromper a gravidez, mas para todos os efeitos tratava-se de uma viagem de férias na capital lusitana.

Em Portugal, estrangeiras que residem no país podem abortar gratuitamente na rede pública. No caso das visitantes, o procedimento é pago.

Na rede particular, o valor fica entre 500 euros (cerca de R\$ 2.420), para abortos com medicamento, e 570 euros (R\$ 2.780) para os cirúrgicos com anestesia geral.

Embora seja mais cara, a cirurgia é a opção escolhida por quase todas as mulheres que procuram um aborto particular. No sistema público, a maior parte é feita com medicamentos abortivos. “As pacientes costumam escolher a cirurgia porque ela exige menos idas à clínica”, diz a diretora.

Há uma consulta inicial, quando são feitos todos os exames médicos e a ultrassonografia para verificar a idade gestacional, bem como consulta com psicólogo.

Se a parte médica estiver liberada, é preciso então esperar o chamado “tempo de reflexão” de três dias previsto na lei. Este intervalo entre a consulta e o procedimento foi idealizado para que a mulher decida se quer mesmo seguir adiante com o aborto.

As cirurgias acontecem sempre na parte da manhã e, em geral, duram menos de meia hora. As mulheres costumam receber alta no início da tarde, com orientações médicas sobre o pós-operatório.

Desde que legalizou o aborto, após referendo em 2007, Portugal [zerou a mortalidade materna associada aos procedimentos](#). Lesões graves no útero e outras complicações passaram para “níveis residuais”, segundo relatórios do Ministério da Saúde português.

Foi pensando na segurança do aborto legalizado em Portugal que, Maria, 24, resolveu optar pelo país europeu.

Apesar de não ser residente em Portugal, ela conseguiu fazer o aborto gratuitamente na rede pública beneficiando-se do CDAM (Certificado de Direito à Assistência Médica), um acordo entre os governos dos dois países que permite acesso à saúde de forma equivalente a um cidadão nacional.

“Ainda pensei em fazer na Espanha, mas escolhi Portugal pela língua. Na internet, vi que tinha essa possibilidade de fazer sem pagar. Cheguei, deixei as malas no hostel e fui procurar um hospital”, conta.

“Foi de graça, mas não foi fácil. Fui a dois hospitais até conseguir fazer. Não me arrependo de ter feito fora, mas eu viajei sozinha, sem apoio de ninguém. Isso com certeza foi o mais difícil”, diz.

Até 2007, eram as mulheres portuguesas que cruzavam a fronteira até a vizinha Espanha na hora de abortar. Com a legalização lusitana, o fluxo diminuiu, mas ainda existe sobretudo entre as que optam por interromper a gravidez após as dez semanas (limite em Portugal, um dos mais restritivos da Europa).

Após uma alta inicial nos primeiros anos pós-descriminalização, [os abortos vêm diminuindo no país](#). Houve quedas consecutivas nos últimos cinco anos.

Em 2016, houve 15.416 abortos a pedido da mulher em Portugal: uma redução de 14% em relação a 2008.

Giuliana Miranda

[Aborto continua a diminuir em Portugal](#)

Dados da Direção-Geral de Saúde indicam que o número de abortos em 2016 foi de 15.959. A maioria das interrupções foram feitas a pedido da mulher, mas menos 3,8% do que no ano anterior. Portugal continua abaixo da média Europeia

[\(Expresso, 07/12/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O número de interrupções da gravidez desce pelo quinto ano consecutivo. De acordo com dados da Direção-geral de Saúde, em 2016 foram feitas 15.959 interrupções da gravidez. A maioria, 15.416, foi feita a pedido da mulher, o que representa uma diminuição de 3,8% em relação ao ano anterior. Isto é, foram feitos, a pedido da mulher, menos 457 abortos do que em 2015.

Doenças ou malformação congénita do feto foram o segundo motivo para abortar, 442. O ano passado, 854 mulheres terminaram a gravidez para evitar perigo de morte ou grave e duradoura lesão para a sua saúde física ou psíquica, 10 por violação e 7 por ser o único meio de remover perigo de morte ou grave lesão para o corpo ou para a saúde física ou psíquica da grávida. Em relação ao total dos abortos (15.959) verificou-se uma diminuição de 4,2% em relação a 2015.

Entre 2008 e 2015 registou-se uma diminuição de 14,3% no total de abortos e de 14,4% por opção da mulher. “O número de interrupções realizadas a nível nacional, quando analisado comparativamente a outros países europeus, tem-se situado sempre abaixo da média europeia”, diz o relatório.

Desde que a lei entrou em vigor, os dados das interrupções da gravidez são registados pelos hospitais e centros de saúde e, posteriormente, analisados pela DGS. “Antes da despenalização o número calculado de abortos realizados na população portuguesa era de 20.000. Ao longo dos anos este número nunca foi ultrapassado. Desde 2011 tem-se registado uma diminuição de interrupções da gravidez em números absolutos, assim como, no número de interrupções por 1000 nados vivos. Usando este indicador para comparação Internacional é possível dizer que o número interrupções da gravidez por 1000 nados vivos em Portugal tem estado sempre abaixo da média Europeia.”

A contraceção pós interrupção continua também a aumentar. Em 2016, cerca de 94,5% das mulheres que realizaram um aborto por opção escolheram depois um método de contraceptivo.

Apesar de ser transversal na sociedade, as mulheres que mais abortaram têm idades entre os 20/24 anos (23,5%), não coabitavam com os parceiros (52,90%) e são trabalhadoras não qualificadas. Esta categoria “apresenta 21,3%% do total dos registos”, pela primeira vez, ultrapassou a categoria desempregada (18,6%).

Carolina Reis

[O que aconteceu após 10 anos de aborto legalizado em Portugal](#)

Desde 2007 as mulheres portuguesas podem decidir pela interrupção da gravidez até as 10 semanas de gestação

[\(Nexo, 13/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)

“Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas primeiras dez semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?”

Em 2007, os cidadãos portugueses foram às urnas para responder à pergunta acima. Até então, Portugal só permitia o aborto em três condições: má formação do feto, estupro e risco de morte para a mãe. Em um referendo anterior, realizado em 1998, o “não” havia ganho (com 50.9% dos votos).

Leia mais:

[A produtora Mariza Leão fala de documentário sobre aborto: ‘Meu corpo, minha vida’ \(O Globo, 13/02/2017\)](#)

[Com legalização, número de abortos cai 10% em Portugal; país completa 5 anos sem mortes de mulheres em decorrência da prática \(Opera Mundi, 11/02/2017\)](#)

Em 2007, o resultado foi diferente. A maioria (59%) votou a favor. A vontade popular foi levada ao Congresso, que aprovou, em abril daquele ano, a despenalização do aborto. A partir de então, Portugal liberou o aborto a pedido da mulher até as 10 semanas de gestação. O procedimento pode ser feito na rede pública.

Depois de uma década da política em vigor, a ONG portuguesa Associação para o Planeamento da Família fez um balanço com os números relacionados ao aborto no país, divulgados pelo Serviço Nacional de Saúde português. Em linhas gerais, a legalização fez com que o número de abortos caísse e praticamente zerou o número de mortes decorrentes do procedimento.

Os resultados da legalização

NÚMERO DE ABORTOS

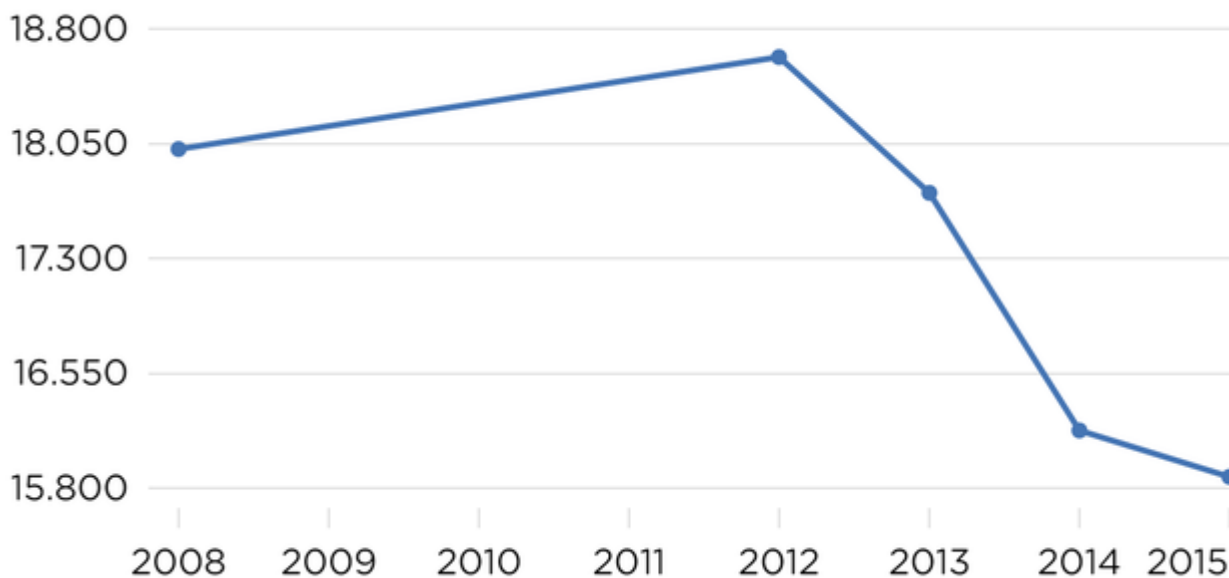
É difícil precisar, mas estima-se que, na década de 1970, o número de abortos em Portugal

ultrapassava 100 mil. Destes, 2% resultavam em morte (o aborto era a terceira causa de morte das mulheres). Naquela época, todos os abortos eram ilegais - por isso, o número é apenas uma estimativa.

Dados mais recentes, de 2008, mostram que o país registrou 18.014 abortos. O número cresceu ligeiramente nos primeiros anos da legalização, mas desde 2013 está em queda constante. Em 2015 foram 10% menos abortos do que em 2008.

QUEDA

Número de abortos em Portugal



Fonte: Direção-geral de saúde

NEXO

REINCIDÊNCIA

Um balanço da política de 2015 mostrou que das mulheres que abortaram:

70,1% nunca haviam feito um aborto

21,7% haviam feito um

5,7% realizaram dois ou mais

95,4% das mulheres que realizam um aborto optam por um método contraceptivo depois

COMO SÃO FEITOS OS ABORTOS

Dados de 2014:

69,2% medicamentoso

30,8% cirurgia

MORTES DECORRENTES DE ABORTO

Entre 2001 e 2008, 14 mulheres morreram de complicações relacionadas ao aborto. Entre 2008 e 2012, uma mulher morreu. De 2012 até hoje, não houve registro de mortes relacionadas ao procedimento.

Os números brasileiros

Hoje, o aborto no Brasil é um crime contra a vida. O Código Penal de 1940 prevê pena de um a três anos para a gestante que provocar ou consentir que outra pessoa o provoque. Se alguém provocar o aborto sem o consentimento da gestante, a pena é de três a dez anos de prisão.

Há três exceções em que o aborto pode ser feito de forma legal: estupro, risco de vida para mãe ou anencefalia do feto. O Ministério da Saúde calcula que sejam feitos cerca de 1.500 abortos legais por ano.

Não há números exatos sobre a quantidade de abortos clandestinos. Mas é possível ter uma ideia da dimensão e do alcance do procedimento com base nos registros hospitalares.

Só no Sistema Único de Saúde, há pelo menos 200 mil registros de internações decorrentes de abortos por ano no país, segundo o Ministério da Saúde.

Segundo o IBGE, 55% das mulheres que se submetem à interrupção da gravidez são internadas com complicações relacionadas ao aborto – por isso, com base no número de internações, há estimativas que sugerem mais de 600 mil abortos anuais no país.

Como resultado, o índice de mortalidade materna relacionada ao aborto também é alto:

1.572 mulheres morreram em decorrência de aborto no Brasil entre 1996 e 2013, segundo o DataSUS

Após 181 anos, Luiza Mahin é absolvida por conspiração contra Coroa portuguesa

Júri simulado promovido pela Defensoria Pública deu oportunidade para a heroína negra, interpretada por uma atriz, se defender de acusações

(Correio 24 Horas, 23/11/2016 - acesse no site de origem)

Acusada de conspiração contra a Coroa portuguesa em 1835, Luiza Mahin teve voz nesta quarta-feira (23) e pôde se defender e ser absolvida das acusações. A heroína que tem destino incerto teve a oportunidade de falar sobre sua luta e enfrentar os argumentos da acusação que usou o discurso do ódio contra o povo negro para pedir a pena de morte dela.

“Eu não sei do que me acusam, mas sei que não podem me acusar de racismo, de apartheid, de intolerância religiosa. Eu não tenho que provar a minha inocência. Quem acusa é quem deve provar a culpa”, disse ela. A fala, que poderia ter sido verdadeira, foi dita pela atriz Valdineia

Soriano, do Bando de Teatro Olodum, durante um júri simulado no Teatro da Uneb, promovido pela Defensoria Pública.



Júri simulado aconteceu no Teatro da Uneb (Foto: Mauro Akin Nassor/CORREIO)

A iniciativa é a primeira de uma série promovida pelo órgão, com intuito de resgatar personagens importantes da história baiana. Luiza Mahin foi uma das líderes da Revolta dos Malês, um movimento que aconteceria no dia 25 de janeiro de 1835, mas que foi descoberto pela polícia. O grupo teve que entrar em combate e acabou sendo derrotado.

Luiza e outros líderes conseguiram escapar. Ela fugiu para o Rio de Janeiro e depois desapareceu. Por causa da organização da revolta, ela foi acusada de insurreição contra a Coroa, crime previsto na Constituição de 1830, já que as reuniões do grupo aconteciam em sua casa. “O que poderia ter na casa de negros, senão negros?”, disse a heroína, interpretada por Valdineia.

Encarnando o papel de acusação, a defensora Soraia Ramos lembrou os argumentos que eram usados contra os negros que lutavam pela libertação. “Ela se associou a escravos para promover a libertação dos negros por meio da força, como forma de exterminar todos os brancos”, disse a defensora, enquanto lia seus argumentos. “Os senhores muito bons deixavam que ela, negra liberta, trabalhasse em suas casas e depois ela foi ingrata. Usou de tudo isso para conspirar”, completou o discurso.

Para a bacharela em Direito Carolina Dias, 22 anos, que foi assistir ao júri, os argumentos usados pela acusação representam o pensamento racista que ainda existe na sociedade. “Foi chocante a fala da acusação, mas infelizmente ainda é realidade que algumas pessoas pensam assim. O nosso sistema criminal é racista também. Achei essencial essa iniciativa para que a gente conheça a nossa história”, disse.

Já o defensor público Raul Palmeira ficou responsável por fazer a defesa de Luiza Mahin. Ele lembrou de momentos do massacre que aconteceu durante a Revolta, como os 200 negros mortos em frente ao Quartel que funcionava em Água de Meninos e as humilhações as quais os escravizados eram submetidos. “Os negros sequer tinham direito de usar garfo e faca nas refeições. Tinha que comer de mão para que os utensílios não fossem usados como armas contra os seus patrões”, descreveu, durante a defesa.

Palmeira falou ainda sobre o suposto abandono de Luís Gama, filho da heroína. “Ela não abandonou o filho Luís Gama, que, na época, tinha 5 anos. Ela deixou com o pai”, contou o Palmeira. Uma carta escrita pelo filho, que também foi lida no júri, revela que o contato foi completamente perdido após a fuga da heroína.

Após o júri, a secretária estadual de Políticas para Mulheres (SPM), Olívia Santana, ressaltou a importância de saber detalhes da história, principalmente de quem participou das revoltas. “Precisamos contar a história da resistência, não dá pra continuar nos empanturrando de histórias sobre os vencedores, é preciso dar voz aos vencidos, é preciso que a sociedade tenha o direito de saber da trajetória de figuras como Luís Gama, Luiza Mahin, Zefarina, Maria Felipa”, disse.

Ela lembrou ainda que as mulheres são ainda mais excluídas dos documentos históricos. “As mulheres negras são as que foram mais lesadas, no que diz respeito ao direito à memória, os homens ainda conseguem recompor algumas coisas, mas as mulheres são sempre sem rosto, sem passado, sem registro”.

História

Para a atriz Valdineia, o júri é uma oportunidade de conhecer mais da própria história, principalmente das heroínas baianas. “Eu não sei se tem a ver com justiça, mas com reconhecer esses heróis nossos e uma heroína como Luiza. Os heróis, os mártires tiveram irmãs, mães, e a gente não fala das mulheres. Eu acho que o projeto resgata isso, a valorização da mulher negra”, disse.

Segundo Rafson Ximenes, subdefensor público geral do Estado, a ideia do projeto surgiu para dar visibilidade a momentos da história de resistência baiana. “A gente percebeu que a população baiana em geral, as pessoas que tiveram educação formal têm pouco conhecimento da educação da Bahia, especialmente os líderes populares. Então, pensamos em um evento que chamasse a população, para ter conhecimento da história do nosso povo, da existência de lideranças negras, pobres, indígenas, e cada baiano poder olhar e se orgulhar”, contou.

Apesar de o órgão já ter definido que haverá uma série de júris, os próximos personagens ainda não foram escolhidos, nem as datas foram definidas. “A partir disso começar uma discussão para o próximo, fomentar o debate na sociedade, para que aconteçam os outros e os personagens sejam escolhidos assim”, explicou Ximenes.

Para a secretária estadual de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), Fábria Reis, a iniciativa da Defensoria contribui para divulgar o movimento feminista negro. “Pra gente é de uma importância fantástica, que mostra todo esforço de movimento negro feminista, reafirmando a figura de Luiza Mahin, e que possa despertar na cabeça dos jovens o imaginário dessa contribuição, para que tivéssemos hoje a democracia no Brasil”, pontuou.

ONU Mulheres promove debate sobre Mulheres, Paz e Segurança em reunião com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Representantes de vários ramos das Forças Armadas de Moçambique, Portugal, Brasil e Angola apresentaram as suas análises e pontos de vista sobre as diversas implicações que ligam o gênero e os conflitos armados, a violência baseada no gênero e a participação das mulheres no processo de paz

(ONU/BR, 28/10/2016 - acesse no site de origem)

Gênero, Paz e Segurança foram as palavras-chave do seminário político e diplomático sobre “A análise do conteúdo da Resolução 1325/2000 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança”, que envolveu representantes do setor da Defesa da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).



A ministra do Gênero, Criança e Ação Social ladeada representante da ONU Mulheres e o diretor do Centro de Análise Estratégica da CPLP e participantes da conferência (Foto: ONU Mulheres/Delia Machavela)

O evento, organizado pelo Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP, em parceria com o Ministério do Gênero, Criança e Ação Social e a ONU Mulheres teve lugar no Centro de Análise Estratégica da CPLP, no dia 13 de outubro, em Maputo. Contou com a presença de vários funcionários de alto nível, tais como a ministra de Gênero, Criança e Ação Social, Cidália Chauque Oliveira; o diretor da CPLP Moçambique, Luiz de Carvalho; e da representante da ONU Mulheres Moçambique, Florence Raes.

Durante o evento, representantes de vários ramos das Forças Armadas de Moçambique, Portugal, Brasil e Angola compartilharam o espaço discursivo com representantes do Ministério de Gênero e de defesa, da academia bem como funcionários da ONU Mulheres e outros profissionais especializados em gênero.

O principal tema do dia foi a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, que se debruça sobre o impacto recorrente da violência na vida das mulheres durante conflitos armados, bem como sobre a importância das mulheres nos processos de gestão de crises, resolução de conflitos, construção da paz e reconstrução. A Resolução 1325 também foi enfatizada como o principal instrumento internacional para a promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres em tempos de conflito.

Ao longo do encontro, os participantes apresentaram as suas análises e pontos de vista sobre as diversas implicações que ligam o gênero e os conflitos armados, a violência baseada no gênero e a participação das mulheres no processo de paz. Os temas discutidos variaram do

impacto dos conflitos armados sobre a saúde mental até dados estatísticos sobre as mulheres, paz e segurança; dos detalhes do quadro legal internacional após a Resolução 1325 ao ponto de situação de sua implementação nos diferentes países.

O seminário também foi a ocasião para os participantes serem expostos a um esboço do documento “mapeamento do progresso nacional na implementação das resoluções do conselho de segurança das nações unidas sobre as mulheres, paz e segurança em África oriental e austral” ao qual se esperam contribuições nos próximos dias.

A reunião acontece num momento delicado para Moçambique, onde a violência armada está em ascensão após confrontos contínuos entre as forças do governo e partido de oposição RENAMO. Apesar disso, no encontro não faltaram propostas e ideias construtivas por parte dos participantes, que se envolveram num debate vivo e trocaram ideias e melhores práticas de seus próprios países, sobre como promover a participação das mulheres, como enfrentar a violência baseada no gênero dentro e fora de situações de conflito armado e o papel que o sector de defesa pode desempenhar tanto ao nível interno como externo.

Num setor em que todos os processos tendem a ser planeados, acordados, e implementados por homens, o encontro é um passo pequeno mas significativo para a integração das questões de gênero no sector da defesa e segurança da CPLP.

Brasil e Portugal querem mulheres no centro do combate ao HIV/Aids

(Rádio ONU, 24/05/2016) Evento paralelo à Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, destacou importância de acabar com a desigualdade de gênero na resposta ao HIV; ministros da Saúde brasileiro e português participaram.

Acabar com a desigualdade de gênero na resposta ao HIV, colocando as mulheres na estratégia para acabar com a epidemia de Aids.

Leia mais:

[Países defendem ampliar acesso de mulheres a serviços de saúde para acabar com epidemia de HIV \(ONU Brasil, 24/05/2016\)](#)

Este foi o apelo feito aos países pelos participantes de um evento paralelo de alto nível realizado durante a 69ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra. Os ministros da Saúde do Brasil e de Portugal participaram do encontro.

Liderança

A primeira-dama do Panamá e embaixadora especial do Programa Conjunto das Nações Unidas para HIV/Aids, UnAids, Lorena Castillo de Varela foi a anfitriã do evento paralelo.

Ela destacou a importância de mulheres assumirem papéis de liderança para garantir o

desenvolvimento de programas e políticas compatíveis a suas necessidades.

O evento se concentrou em três tópicos: a eliminação de novas infecções por HIV entre crianças; a prevenção da doença entre meninas e jovens mulheres e o acesso ao tratamento para todos.

Brasil e Portugal

Para o ministro da Saúde do Brasil, Ricardo Barros, há uma “ligação” entre cuidar de si e dos outros e as mulheres têm um “papel de cuidadoras de sua família e comunidade”.

Segundo o ministro da Saúde de Portugal, Adalberto Campos Fernandes, “o que precisa mudar é garantir acesso a todas as formas de prevenção, diagnóstico, cuidado e tratamento para todos, especialmente em relação a jovens mulheres e às populações mais vulneráveis”.

Envolvimento

O Unids afirmou que o envolvimento e empoderamento de mulheres junto com um maior acesso à prevenção e tratamento eficaz para o HIV foi essencial no sucesso das ações globais para eliminar novas infecções entre crianças.

Estes casos caíram a menos da metade, de 520 mil por ano em 2000 para 220 mil em 2014. Para o programa, essa abordagem abrangente e inclusiva deve agora ser ampliada para incluir todas as pessoas vivendo com HIV, incluindo jovens mulheres e crianças.

Causa de Morte

Em todo o mundo, a Aids permanece a principal causa de morte entre mulheres em idade reprodutiva. Em 2014, esta foi a principal causa de mortalidade entre adolescentes na África Subsaariana.

Violência e desigualdade de gênero, práticas nocivas, estigma e discriminação muitas vezes impedem que mulheres e meninas tenham um diagnóstico e acessem serviços adequados para prevenção e tratamento para o HIV.

Segundo o Unids, estimativas são que de 670 mil meninas adolescentes entre 15 e 19 anos vivendo com HIV, apenas 20% sabem que têm o vírus.

Fim da Epidemia

A diretora-geral da Organização Mundial da Saúde, Margaret Chan, elogiou o evento paralelo, destacando a importância do trabalho com adolescentes. Para ela, se este grupo etário for negligenciado, não será possível alcançar o objetivo de acabar com a epidemia de Aids até 2030.

Entre 8 e 10 de junho deste ano, um encontro de alto nível, na sede da ONU, em Nova York, vai discutir o combate à doença.

Laura Gelbert

Acesse no site de origem: [*Brasil e Portugal querem mulheres no centro do combate ao HIV/Aids \(Rádio ONU, 24/05/2016\)*](#)

“Ser mulher é mais do que ter uma vagina”, diz cantora trans portuguesa

(UOL, 11/05/2016) “Ser mulher é muito mais do que ter uma vagina. É algo que está dentro da nossa cabeça.” Foi com essa frase que a cantora portuguesa transgênero Patrícia Ribeiro, que nasceu Nuno Miguel, respondeu à pergunta do UOL sobre como se sente após ter feito a cirurgia de redesignação de gênero há sete anos. É com a mesma sentença que responde aos preconceituosos que dizem que ela fez uma castração e nunca será, de fato, uma mulher.

Patrícia, 34, conversou com a reportagem durante mais uma passagem pelo Brasil, dessa vez para gravar um clipe no Rio de Janeiro, da faixa “Boys - Meu Príncipe Encantado” do seu quarto álbum, “Chama por Mim”, e a fim de realizar mais um procedimento estético. A artista já passou por 16 intervenções para corrigir más-formações decorrentes da aplicação de silicone industrial, no passado. O encontro aconteceu na Casa de Portugal, local que preserva as memórias do país europeu por aqui, no bairro da Liberdade, região central da capital paulista, onde ela disse “se sentir em casa”.

Durante a entrevista, ela contou sobre os 15 anos de transformação, que tiveram passagem pela prostituição e que a levaram a conhecer o atual namorado, Fabio Andrade –com quem tem um relacionamento há cinco. “Fui expulsa de casa aos 17 anos e não tinha meios para sobreviver, não conseguia emprego porque meu físico representava algo que não condizia com meus documentos. Resolvi fazer programa por necessidade e foi a pior época da minha vida, sofri diversos tipos violência. Nesse ramo, você se depara com as fantasias e pessoas mais bizarras e precisa se submeter. Foi a fase que mais me deixou marcas.”



Patrícia ainda criança, como Nuno, e com sua identidade regularizada (Foto: Montagem/Divulgação)

Em 2011, a portuguesa conseguiu mudar toda a sua documentação e assumir a identidade feminina. “Passei por muitas humilhações antes de conseguir ser Patrícia nos documentos. Deixava de viajar para não ter de passar por constrangimentos em aeroportos. Por vezes, tive encomendas devolvidas, que chegavam com o nome feminino. Ao ir buscar nos correios, precisava apresentar documentação e não acreditavam que eu era a mesma pessoa registrada como Nuno.”

Confira a entrevista completa:

UOL - Com quantos anos você começou a se identificar como mulher?

Patrícia Ribeiro - Percebi logo aos cinco, seis anos. Rejeitava os brinquedos masculinos, queria apenas estar perto das meninas, pentear os cabelos delas. Eu me lembro de ficar fascinada com as propagandas de bonecas na televisão.

UOL - E quando isso começou a ser um problema?

Patrícia - Na pré-adolescência/adolescência. Os conflitos começaram em casa quando tive meus primeiros namoricos. Os rapazes ligavam à procura de uma menina que não existia e foi aí que minha mãe começou a descobrir. Ela também flagrou maquiagens e roupas femininas no meu quarto. Essa época foi muito traumática. Depois disso, quando meu cabelo crescia um pouco, minha mãe já cortava e era muito triste porque queria ter os fios longos. Fui muito castigada, apanhei muito da minha mãe [os pais se separaram quando Patrícia tinha três anos e ela só reencontrou o pai na vida adulta].

UOL - Por que escolheu o nome Patrícia?

Patrícia - Desde criança, o que me fascinava era a música. Sempre tive o sonho de ingressar no mundo artístico e fiz testes para fazer parte de grupos infantis. Nessa época, uma das meninas que conheci se chamava Patrícia. Ela era lindíssima e meu sonho era ser igual a ela.

UOL - Em uma entrevista você disse que a cirurgia era a cura para a transexualidade. Você acha que os transgêneros que decidem não fazê-la são infelizes?

Patrícia - Em Portugal, a transexualidade era considerada uma doença. Dessa forma, a cura de toda essa patologia seria a cirurgia. O processo cirúrgico mudou a minha vida. Eu era uma pessoa muito agressiva, extremamente estressada porque me sentia contrariada ao ver no espelho aquele corpo. Não conseguiria continuar vivendo com o sexo masculino e realmente só me senti feliz após a operação. Porém, tenho amigas que não fizeram e não julgo. A Bíblia diz que devemos respeitar o próximo e é isso que faço. Respeito a felicidade de cada um porque não sou ninguém para criticar.



Patrícia e o namorado, Fabio Andrade, estão junto há cinco anos (Foto: Lucas Lima/UOL)

UOL - É interessante você tocar no assunto Deus, Bíblia. Muitas pessoas que passam pelo que você passou perdem a fé em qualquer coisa. Como é a sua relação com a religião?

Patrícia - Sempre temi duas coisas na minha vida: me envolver com drogas e contrair alguma doença sexualmente transmissível. Graças a Deus e a minha fé, eu segui sem cair nessas desgraças. Minha avó, dona Antonina -que sempre me apoiou- me pedia isso e eu não quis dar esse desgosto a ela. Eu me senti perdida, sim, muitas vezes, mas consegui me reerguer com fé em Deus.

UOL - Além da sua avó Antonina, alguém mais te apoiou? Como é o relacionamento com sua mãe?

Patrícia - Minha avó foi quem mais me apoiou. Diversas vezes, discuti com minha mãe, filha dela, para me defender e até hoje, aos 75 anos, não admite que ninguém fale mal de mim. Com minha mãe, hoje em dia, as coisas estão melhores. Lutei muito para conseguir meu espaço profissional e acho que os pais sempre querem o melhor para os filhos. No fundo, acredito que se orgulha de mim, dos fãs que conquistei, mas ainda é difícil. É uma mulher que se preocupa muito com o que os outros vão pensar e dizer. Recentemente, soube por um familiar que ela disse que teve um filho homem e não estava preparada para isso. Essa informação me entristeceu muito.

UOL - E com o pai?

Patrícia - Não convivi com ele na infância, pois meus pais se separaram quando eu tinha três anos. Na época, eles brigaram muito judicialmente por pensão alimentícia e ele se afastou de nós. Atualmente somos grandes amigos, vamos para a balada juntos. Ele é meu maior fã, criou

uma página de admiradores no Facebook e se dá muito bem com o meu namorado.



A cantora portuguesa veio ao Brasil para gravar o clipe da faixa “Boys - Meu Príncipe Encantado” do seu quarto álbum, “Chama Por Mim” (Foto: Lucas Lima)

UOL - Por falar no Fabio, como vocês se conheceram?

Patrícia - Estava em uma fase bastante difícil. Ainda me prostituía e tinha acabado de terminar um relacionamento no qual sofri violência doméstica. Estava passando de carro na rua com uma amiga, ele estava andando e eu mexi com ele, que respondeu. Paramos e começamos a conversar. O Fabio também estava em um momento difícil, envolvido com drogas, Nós nos identificamos e nos acolhemos. Hoje, ele é a minha família e eu sou a dele.

UOL - Você se sente realizada sexualmente?

Patrícia - Muitos me perguntam sobre isso, se tenho uma vida sexual plena. E, sim, tenho. Foram dois anos e meio de acompanhamento psicológico e psiquiátrico para conseguir aprovação para a cirurgia -bancada pelo governo português. Durante esse processo, fiz muitos questionamentos a respeito disso porque era algo que talvez me impedisse de seguir com a ideia. Os médicos garantiram que eu continuaria tendo prazer e confiei. Sinto prazer, minha vagina tem autolubrificação e sou muito feliz sexualmente.

UOL - Por fim, como você se sente no Brasil? Acha que Portugal está à frente nas questões LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) ?

Patrícia - Portugal é um país ainda muito conservador, mas acredito que o caso de Gisberta -brasileira trans assassinada em 2006- e o meu abriram portas para as próximas trans. Aqui no

Brasil nunca senti qualquer preconceito. Particpei da 19ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, no ano passado, e foi muito emocionante, nunca tinha visto tanta gente. Acho que o Brasil tem mais diversidade cultural e por isso é mais aberto no mercado artístico, por exemplo. Entretanto, se há um contraponto, é que no meu país não acontecem atos violentos com tanta regularidade como aqui [o Brasil é o país que mais mata travestis e transgêneros no mundo. Segundo o disque 100, da SDH/PR (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República), os números chegam a 40% e, em sua maioria, são crimes de ódio].

Thais Carvalho Diniz

Acesse no site de origem: [*“Ser mulher é mais do que ter uma vagina”, diz cantora trans portuguesa \(UOL, 11/05/2016\)*](#)

Brasileira luta na Justiça portuguesa para tirar filha de pai suspeito de abuso

(BBC Brasil, 27/04/2016) “Ele me agrediu. Disse que não era para contar para ninguém, que eu não iria respirar por muito tempo se contasse. Pensei que estava falando dos machucados. Depois de ver minha filha, percebi que mais uma vez ele tinha abusado dela.”



Brasileira trava batalha em Portugal para reaver guarda da filha, concedida a pai suspeito de abuso (Foto: Arquivo Pessoal)

A empresária Lucia (nome fictício) fala da última vez que seu ex-companheiro, o português Paulo (nome fictício), trouxe a filha deles de volta para casa, em maio de 2015. Separados desde 2010, eles dividiam a guarda da menina em Tavira, Portugal.

Hoje, a brasileira vive uma batalha judicial para reaver a guarda da criança de 7 anos, passada provisoriamente a Paulo em fevereiro. Investigado por abuso sexual e acusado de violência doméstica, ele afirma que Lucia tenta separá-lo da menina.

O caso tornou-se símbolo no país do uso da alienação parental (situação em que um dos pais afastaria a criança do outro) por homens acusados de crimes sexuais ou violência em disputas judiciais.

Responsável pelo processo de guarda, a juíza Ana Mónica Pavão, do Tribunal de Menores e Família do Faro, entendeu que Lucia descumpriu o regime de visitas do pai e que os casos de abuso não foram comprovados (as investigações estão em andamento). A brasileira argumenta que, desde a última denúncia de agressão, em julho de 2015, vive numa casa de proteção a vítimas de violência, a 800 km de onde morava, o que impossibilitava as visitas.

No texto, a juíza afirma que o “comportamento processual da progenitora demonstra bem a sua firme vontade de afastar o progenitor da vida da filha”. Procurada, a magistrada negou entrevista.

O advogado de Paulo, Luis Miguel Amaral, defende a decisão da magistrada e diz que tudo foi “absolutamente transparente”. “Houve desde o início a intenção da mãe de afastar o pai da vida da criança, recorrendo a todo tipo de acusações.”

Polêmica, a decisão teve repercussão na mídia local e provocou protestos no país. Também levantou um debate em torno do suposto preconceito dos portugueses contra os brasileiros. Segundo a empresária, o ex-companheiro tentaria passar a imagem de que ela era “uma brasileira que veio cá para tentar melhorar a vida, arranjar um marido”. Apesar disso, afirma que os portugueses têm apoiado seu lado da história.

Por telefone, Paulo disse à BBC Brasil que não queria falar sobre o episódio: “Tive quatro anos e meio para tirar minha filha de uma louca, sua conterrânea.”

Do Brasil para Portugal



Família de Lucia em Florianópolis; ela foi para Portugal aos 17 anos (Foto: Arquivo Pessoal)

Nascida em Florianópolis (SC), Lucia foi para Portugal aos 17 anos, a convite do irmão mais velho, que tem no país um negócio de material de construção. Lá entrou para uma faculdade de engenharia civil, que não terminou.

Logo foi trabalhar na loja do irmão, onde conheceu Paulo. Começaram a namorar e depois de alguns anos foram morar juntos. Nesse período, Lucia fundou sua imobiliária, que tem até hoje.

Ela conta que o comportamento de Paulo mudou com a notícia da gravidez. Ele teria se tornado agressivo e compulsivo por limpeza. “Era capaz de me acordar no meio da noite por causa de um fio de cabelo no chão.”

A irmã de Lucia, Jacqueline Silva, ainda mora em Florianópolis e diz conhecer o que chama de modos violentos do ex-cunhado. Ela ficou três meses em Portugal após o nascimento da menina.

“Depois que a filha nasceu, ele começou a ter surtos psicóticos, paranoicos. Quando minha mãe ia visitar, ele chegava perto e ficava xingando-a bem baixinho.”

Do Brasil, a família tenta ajudar. Jacqueline diz que entrou em contato com a Defensoria Pública do Estado e com órgãos em Brasília e que procurou meios de comunicação locais. Fez também uma página no Facebook e uma petição online.

“Estamos muito tristes. É uma criança que a gente ama. Como vão matar a infância dela com uma atrocidade dessas? Quem deveria protegê-la não está fazendo isso. Todos os profissionais certificaram que a criança foi abusada e corre forte risco”, diz.

O Itamaraty está informado do caso e ofereceu consultoria jurídica à brasileira, que a negou por ter advogada própria. De acordo com a assessoria do ministério, este continua acompanhando os processos de perto.

Violência e abuso

A primeira denúncia de agressão veio em 2010, quando a filha do casal tinha poucos meses. Lucia conta que foi tirar o lixo e demorou mais do que o normal, porque ficou conversando com uma vizinha. Na volta, ela diz que Paulo a agrediu e trancou na cozinha.



Ex-companheiro se tornou violento depois da gravidez, diz a brasileira (Foto: Arquivo Pessoal)

Ela diz que conseguiu ligar para a polícia, que flagrou a situação. Os policiais aconselharam-na a fazer uma queixa, que depois foi arquivada por escolha de Lucia.

“Eu tinha direito ao procedimento criminal, a indenização, e desisti, porque ele era o pai da minha família. Naquela altura, não esperava que fossem acontecer essas coisas todas e tinha medo.” Hoje um outro processo por violência doméstica está em curso no Tribunal de Tavira.

No mesmo dia da agressão, passaram a viver separados, apesar de estarem na mesma casa. Quando Paulo se mudou, em 2011, estipulou-se que a filha passaria finais de semana alternados com ele.

Lucia diz que notou os primeiros sinais de abuso em 2012, quando a menina tinha três anos.

“Ela começou a falar coisas que não eram normais uma criança da idade dela falar. Chorava, não queria ir com o pai, não queria sentar...”

A empresária levou a filha até posto de saúde e, no dia seguinte à consulta, a psicóloga a chamou dizendo que já tinha encaminhado o caso às autoridades policiais.

No relatório, ao qual a BBC Brasil teve acesso, a psicóloga diz que a menina usava brinquedos para reproduzir a relação com o pai: despia as bonecas e colocava bonecos, que representariam o pai, em cima delas. A criança também teria dito que o pai era mau e procurava afastar o boneco nos jogos. No texto, a especialista diz que, dada a situação delicada, a guarda deveria permanecer com a mãe, “salvaguardando o bem-estar e a segurança da criança”.

Feito depois de 14 dias, o exame médico foi inconclusivo e a denúncia, arquivada. As visitas passaram a ser supervisionadas. Quando os peritos consideraram que a relação entre pai e criança estava normal, a supervisão acabou. Poucos meses depois, em 2015, Lucia diz que notou novamente comportamentos estranhos.

“Ela começou a chorar, dizer que estava com dor. Falava que a mamãe não podia entendê-la, que o papai não deixava ela contar. Depois disso, a menina contou para uma amiga minha. Tirou as roupas e mostrou a ela.”

Em 2015, um novo processo foi aberto.



Lucia morava com a filha em Tavira, Portugal, antes de ir para casa de proteção (Foto: Arquivo Pessoal)

Desta vez, o exame indicou uma vulvovaginite, inflamação que pode ser provocada tanto por doenças sexualmente transmissíveis como por falta de higiene - possibilidade destacada pela

defesa do pai. No Tribunal de Tavira, há um processo contra a mãe por subtração de menores, em que Paulo a acusa de não oferecer à menina boas condições de vida.

Outros relatórios foram feitos a pedido da empresária e também descreveram brincadeiras de teor sexual. Além disso, segundo os psicólogos, a criança contava que tomava banhos com o pai, que mexia em partes do corpo dela. A menina teria dito que não reclamava das “brincadeiras” porque ele poderia ficar bravo.

Luis Miguel Amaral, advogado de Paulo, questiona a veracidade das análises e diz que outra, feita a pedido do tribunal e de forma “independente”, não mostrava qualquer sinal do crime. Apesar dos vários pedidos, a BBC Brasil não teve acesso a essas informações.

“O tribunal pediu relatórios independentes que não inferem a existência de abuso nenhum. É possível chegar a um psicólogo de um lugar qualquer e pedir um relatório. Há profissionais sérios e os que não o são.”

Sexismo na justiça

O caso levantou uma discussão na Justiça portuguesa sobre a popularização da “alienação parental” como argumento dos homens em disputas pelos filhos.

Para a advogada portuguesa Leonor Monteiro, o risco maior ocorre quando o argumento é usado para deslegitimar acusações de abuso e violência. Segundo ela, que atua em processos como o de Lucia, esse recurso vem se multiplicando no país e muitos magistrados teriam visões machistas sobre o tema.

“Há uma moda da alienação parental que está pegando em Portugal quando se alega abuso sexual ou violência. Isso acontece há cinco anos. Tem a ver com estereótipos de gênero, com o fato de se considerar a mulher mentirosa, querendo o filho só para si.

Ela menciona a criação de associações de homens que promovem o que chamam de “igualdade parental”, segundo a qual os pais deveriam passar tanto tempo com as crianças quanto as mães - sem distinguir situações de violência ou abuso.

A advogada critica a decisão da magistrada Ana Mónica Pavão, responsável pelo caso de Lucia, e cita a Convenção de Istambul, que recomenda aos tribunais levar em consideração processos sobre violência e abuso ao atribuir a guarda de crianças. “Ela tinha que ter fundamentado (a decisão).”



Lucia diz que juíza não considerou acusações de abuso ao conceder guarda ao pai (Foto: Arquivo Pessoal)

Segundo Monteiro, a mudança no cenário passa por uma formação diferente dos juízes, que teriam pouco conhecimento sobre esses assuntos, o que está pedindo ao Conselho Superior de Magistratura.

Membro do conselho, o advogado Eduardo Vera-Cruz Pinto afirma que “existiram casos de acusações falsas feitas por mães”, as quais sustentaram a corrente doutrinária. Mas ressalta que a aplicação desse instrumento tem levado a decisões “dificilmente compreensíveis”.

“Os homens acusados aproveitam essa corrente para se defender. As generalizações sem estudo e prova suficiente têm determinado decisões judiciais dificilmente compreensíveis. Sobretudo quando é fundamental a precaução do julgador em defesa do menor.”

Sobre o conhecimento dos magistrados a respeito de violência doméstica e abuso, Vera-Cruz Pinto diz que eles procuram formação, mas isso ainda é insuficiente.

“A hierarquização de decisões, nos processos com estes problemas, é outro elemento que precisa de ser ensinado. (É preciso) apurar primeiro a veracidade das declarações das mães, com perícias rápidas e exaustivas e não com base em preconceitos ou doutrinas acadêmicas generalizadamente aceitas.”

Enquanto isso, Lucia aguarda os próximos passos do processo. Ela vê a filha uma vez por semana, por uma hora. “Ainda não tenho uma resposta.”

Ingrid Fagundez

Acesse no site de origem: [Brasileira luta na Justiça portuguesa para tirar filha de pai suspeito de abuso \(BBC Brasil, 27/04/2016\)](#)

ONU examina discriminação de mulheres em Portugal e no Timor-Leste

(Agência Brasil, 22/10/2015) O Comitê das Nações Unidas sobre Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (Cedaw, na sigla em inglês) reúne-se em Genebra a partir de segunda-feira (26) para avaliar a situação em Portugal e no Timor-Leste.

De acordo com comunicado da ONU, a análise sobre Portugal será feita no dia 28 de outubro e a do Timor-Leste no dia 11 de novembro. As conclusões e as recomendações serão divulgadas ao final da sessão. A última avaliação sobre Portugal e o Timor-Leste foi feita em 2008 e 2009, respectivamente.

O comitê vai promover reuniões informais e públicas para ouvir representantes de organizações não governamentais e de instituições nacionais de direitos humanos do país examinado. Reuniões fechadas estão previstas para analisar processos de reclamações e informações relativas a violações graves da convenção.

Nesta 62.ª sessão do Cedaw, entre os dias 26 de outubro e 11 de novembro, também vão ser examinados os Emirados Árabes Unidos, a Eslovênia, Eslováquia, o Líbano, a Libéria, Madagáscar, o Malauí, a Rússia e o Uzbequistão.

Todos os Estados avaliados apresentam nas próximas semanas um relatório tratando da implementação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contras as Mulheres.

O comitê é composto por 23 membros e é presidido pela advogada japonesa Yoko Hayashi.

A Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres foi adotada em 1979, entrou em vigor em 1981 e hoje tem 189 Estados signatários.

Ao ratificar a Convenção, os Estados comprometem-se a incluir na sua Constituição ou legislação o princípio da igualdade entre homens e mulheres e a adotar medidas legislativas e outras, incluindo sanções, com o objetivo de proibir qualquer tipo de discriminação contra as mulheres.

Acesse no site de origem: [ONU examina discriminação de mulheres em Portugal e no Timor-Leste \(Agência Brasil, 22/10/2015\)](#)

Portugal cria base de dados sobre Violência Doméstica sem referências pessoais

(iPress Global, 10/05/2015) O Governo de Portugal aprovou, na passada quinta-feira, uma proposta de lei sobre violência doméstica que prevê a criação de uma base de dados, à qual apenas a polícia e as autoridades judiciais terão acesso. Desta base de dados não deverá constar qualquer referência a dados pessoais, apenas conterá dados relacionados com a tipologia e as circunstâncias do crime.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Portugal cria base de dados sobre Violência Doméstica sem referências pessoais \(iPress Global, 10/05/2015\)](#)